DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 10933/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/10082/2014/001
PROTOCOLO	: 1960631
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS
RECORRENTE	: ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES – EX-PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA A DECISÃO SINGULAR DSG – G.RC – 9336/2018
RELATOR	: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

R E L A T Ó R I O

Os autos tratam do Recurso Ordinário, interposto pelo senhor Ildomar Carneiro Fernandes**,** Prefeito do Município de Alcinópolis, na época dos fatos, em face da Decisão Singular DSG-G.RC-9336/2018 (pç. 17, fls. 122-125) do processo – TC/10082/2014, que aplicou multa de 30 (trinta) UFERMS, pela remessa intempestiva de documentos a este Tribunal.

Seguindo os ritos regimentais os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Educação (DFE), para análise e verificação da matéria, instrumentalizada pela Análise ANA - DFE - 5064/2019 (pç. 6, fls. 17-20), que concluiu que os argumentos trazidos na peça recursal não são suficientes para modificar a Decisão Singular DSG – G.RC – 9336/2018 proferida. Na sequência o Representante do Ministério Público de Contas, emitiu o Parecer PAR - 3ª PRC - 13900/2019 (pç. 7, fls. 21-23), no qual opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso .

Após o posicionamento da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, constatou-se que Ordenador de Despesas, na época dos fatos, efetuou o pagamento da multa aplicada no item **"2"** da Decisão Singular DSG-G.RC-9336/2018 (pç. 17, fls. 122-125 do processo – TC/10082/2014), por meio da Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, à peça 24 (fls. 132-136), dos autos do Processo TC/10082/2014.

Assim, os autos retornaram ao Ministério Público de Contas, para uma nova manifestação do Procurador de Contas que, por meio do Parecer PAR - 2ª PRC - 10538/2020 (pç. 12, fl. 28-29), opinou pelo arquivamento deste Processo e do Processo TC/10082/2014.

É o Relatório.

D E C I S Ã O

Acerca da matéria deste pedido interposto pelo senhor Ildomar Carneiro Fernandes, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual daquele autor**.**

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o recorrente, efetuou recentemente o pagamento do valor da multa equivalente ao de 30 (trinta) UFERMS, que lhe fora infligida pelos termos dispositivos do item **"2"** da Decisão Singular DSG-G.RC-9336/2018 (pç. 17, fls. 122-125 do processo –

TC/10082/2014), por meio da Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, à peça 24 (fls. 132-136), dos autos do Processo TC/10082/2014.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer ***"da marcha processual"***, significativo da realização do pagamento do valor da multa pelo responsável, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito**.** E nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais**:**

– RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC.

(TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)

– AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante.

(TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Desse modo, entendo, em ratificação, que o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012**.**

E que o processo extinto deverá ser arquivado, segundo a regra do art. 186, V, ***a***, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), porquanto foi cumprida pelo referido apenado as disposições instrumentalizadas na Decisão Singular DSG-G.RC-9336/2018 (pç. 17, fls. 122-125 do processo – TC/10082/2014).

Por todo o exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas, dar cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **decido:**

I- extinguir o Processo TC/10082/2014/001, sem resolução de mérito, e determinar seu arquivamento, considerando que tendo advindo fato novo no transcorrer do andamento processual**,** correspondente ao pagamento, pelo recorrente, da multa no valor equivalente ao de 30 (trinta) UFERMS que lhe fora infligida, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do referido autor;

II- arquivar o Processo TC/10082/2014 (original), em razão do cumprimento dos termos dispositivos da Decisão Singular DSG-G.RC-9336/2018 (pç. 17, fls. 122-125), dando como fundamento a regra do art. 186, V, *a*, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como Decido.

Campo Grande/MS, 06 de novembro de 2020.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

YL